

Rede Portuguesa de Arte Contemporânea [RPAC]

No seguimento da criação da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC), pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2021, a Ministra da Cultura procedeu, mediante proposta da DGARTES, à constituição da equipa consultiva da RPAC, dando sequência ao desenvolvimento deste importante instrumento de política pública na área da cultura.

Esta equipa será responsável pela implementação da estratégia da RPAC, incluindo os necessários procedimentos de adesão a esta rede, garantindo o cumprimento dos objetivos definidos na Resolução do Conselho de Ministros, bem como outros que a equipa considere adequados e pertinentes para uma eficaz promoção da arte contemporânea.

Coordenada pelo Diretor-Geral da Direção-Geral das Artes (DGARTES), Américo Rodrigues, a equipa é ainda composta pelo Curador da Coleção de Arte Contemporânea do Estado (CACE), David Santos, e um conjunto de personalidades com ampla experiência e trabalho no domínio da arte contemporânea, como Ana Cristina Cachola, Delfim Sardo, Inês Grosso, João Mourão, Jorge Costa, José Alberto Ferreira, José Maçãs de Carvalho, Márcia de Sousa, Marta Mestre e Mirian Tavares.

A Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC) constitui-se como uma plataforma de referência na dinamização da arte contemporânea portuguesa, a qual visa congregar instituições dispersas territorialmente, estabelecendo sinergias entre espaços expositivos, colecionadores, programadores, curadores e artistas visuais.

Pretende-se com esta Rede consolidar o mapeamento das estruturas culturais públicas e privadas existentes a nível nacional nesta área, a dinamização de sinergias em rede entre os equipamentos integrantes da RPAC, o apoio à internacionalização deste universo artístico, a qualificação, inclusive na vertente da transição digital, dos equipamentos dedicados predominantemente e de forma regular e continuada à promoção de atividades culturais no âmbito da arte contemporânea, bem como a capacitação das equipas adstritas aos mesmos, entre outros vetores essenciais desta intervenção estatal.

A RPAC surge no contexto de uma estratégia e visão política estruturadas que visam o estímulo, valorização e promoção da arte contemporânea portuguesa,

contribuindo para corrigir as assimetrias regionais e para uma maior circulação, promoção e fruição pública da arte contemporânea por todo o espaço nacional, do continente às ilhas.

A RPAC constitui um instrumento fundamental da estratégia nacional para a arte contemporânea, tendo sido desenhada em articulação e alinhamento com outros instrumentos de política pública para a cultura neste domínio. Destes instrumentos destacam-se a Comissão para a Aquisição de Arte Contemporânea, o respetivo programa anual de aquisição e o Curador da CACE, que tem assegurado uma gestão mais eficiente do acervo desta grande coleção pública de arte contemporânea.